

STJ00111842

ARTUR BARBOSA DA SILVEIRA

Prefácio

Massami Uyeda

EXECUÇÃO FISCAL
SEMIJUDICIAL NO BRASIL
A QUEBRA DO PARADIGMA
DA JUDICIALIZAÇÃO

Belo Horizonte

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2021

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paoliuci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virgínia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Brito	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15ª andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

5587e	<p>Silveira, Artur Barbosa da Execução fiscal semijudicial no Brasil: a quebra do paradigma da judicialização / Artur Barbosa da Silveira.– Belo Horizonte : Fórum, 2021.</p> <p>128 p. ISBN: 978-65-5518-178-4</p> <p>1. Direito Tributário. 2. Direito Constitucional. 3. Direito Processual Civil. I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 341.39 CDU 34:336</p>
-------	--

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

SILVEIRA, Artur Barbosa da. *Execução fiscal semijudicial no Brasil: a quebra do paradigma da judicialização*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. ISBN 978-65-5518-178-4.

SUMÁRIO

PREFÁCIO	
MASSAMI UYEDA.....	13
INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1	
O SISTEMA ARRECADATÓRIO DE TRIBUTOS NO BRASIL E A NECESSÁRIA QUEBRA DO PARADIGMA DA JUDICIALIZAÇÃO.....	21
1.1 Uma rápida passagem pela história e evolução da cobrança de tributos no mundo e sua influência no Brasil.....	21
1.2 Os três modelos de execução fiscal atualmente existentes no direito comparado.....	27
1.3 A situação atual da dívida ativa tributária no Brasil.....	41
1.4 Paradigma da execução fiscal judicial no direito brasileiro e a falta de eficiência desse sistema.....	43
1.5 As vantagens da desjudicialização da execução fiscal sob os pontos de vista jurídico, ético e humanitário.....	49
1.6 A desjudicialização como instrumento viabilizador do acesso à Justiça.....	55
CAPÍTULO 2	
MÉTODOS ALTERNATIVOS TRADICIONAIS PARA A RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS FAZENDÁRIOS.....	61
2.1 A necessidade de prévia inscrição do débito em dívida ativa.....	61
2.2 O protesto extrajudicial	64
2.3 A inclusão do nome do devedor no cadastro de inadimplentes.....	66
2.4 A constitucionalidade e a legalidade dos métodos supra elencados à luz do entendimento dos Tribunais Superiores.....	67

CAPÍTULO 3

HIPÓTESES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM SISTEMA ARRECADATÓRIO MAIS EFICIENTE.....	75
3.1 As reformas previdenciária e tributária como fatores de fortalecimento da arrecadação tributária e de redução da judicialização	75
3.2 A utilização dos diálogos institucionais como instrumentos de pacificação das relações entre os poderes instituídos e os seus reflexos na ordem tributária	79
3.3 Conciliação, mediação e arbitragem e sua aplicabilidade na execução fiscal.....	84
3.4 Os novos rumos da cobrança dos créditos tributários: as estratégias adotadas pela Fazenda Pública para a implementação de métodos de arrecadação e de fiscalização mais eficientes.....	93
3.5 O modelo de execução fiscal semijudicial (ou mista) e a viabilidade de sua utilização no Brasil.....	98
3.6 Os projetos de lei e as tentativas de desjudicialização da execução fiscal brasileira: uma questão (ainda) em aberto.....	111
CONCLUSÃO	117
REFERÊNCIAS.....	119